

## **A SUSTENTABILIDADE DO ADVOGADO, SOLICITADOR E AGENTE DE EXECUÇÃO EM PORTUGAL**

O Advogado, solicitador e agentes de execução em Portugal são os atores principais deste sistema de proteção social, que sem eles o programa não vai a frente.

A CPAS é um instrumento de poder oligárquico predatório contra os advogados iniciantes e em prática individual, pois são aqueles que precisam de maior assistência financeira e de saúde e formação prática.

O interesse deve ser sempre visando a sustentabilidade do profissional e não da instituição! Pois a instituição pode quebrar e fechar, mas o advogado, solicitador e agente de execução deve ser mantido em condições de exercer sua profissão com plena saúde física e psicológica.

O profissional contemporâneo tem liberdade de escolha pela sua renda passiva num futuro próximo, que lhe proporcione segurança e bem estar.

Não se aceita mais nenhum tipo de imposição ao profissional. O profissional que deve ter a possibilidade de escolher o seu melhor caminho para investir em sua previdência e assistência médica e apoio ao desemprego e assim sentir se prestigiado e valorizado.

É hora de caminharmos para frente e assegurar os direitos e melhorias a TODOS, seja com iniciativas de maior vulto junto as autoridades competentes e sociedade portuguesa e principalmente no âmbito judicial e junto ao Parlamento Europeu e comunidade mundial na divulgação das violações de direitos humanos fundamentais e constitucionais perpetuados pela Cpas e permitidos pelo Estado português.

Aos antigos e estimados advogados, solicitadores e agentes de execução em Portugal, permitam me uma palavra: saiam de vossas caixinhas, pois vossos filhos, netos e bisnetos precisam viver e desenvolver sua carreira contributiva onde assim lhe apetece e nas melhores condições para constituição de suas famílias e realização profissional.

O mundo evolui para cumprimento dos princípios maiores da justiça e da dignidade da pessoa humana.

A categoria que não valoriza seu maior patrimônio humano, está falhada.

Vivemos um período de corporativismo e de uma oligarquia predadora dos direitos em prol de interesses financeiros isolados de uma minoria em Portugal.

A solução é tão simples para a questão da Cpas, que aniquila e enfraquece o advogado e solicitador e agente de execução, permitir a opção pela Segurança Social ou realizar a integração da Cpas na Segurança Social.

A obrigatoriedade única somente do pagamento do primeiro escalão contributivo já se fará justiça, pois obrigar a qualquer cidadão a pagar por um valor abusivo cálculo sobre rendimentos presumidos é algo arbitrário, ultrapassado e ilegal.

Quem quiser pagar mais, se lhe vale a pena e assim puder, que pague a Cpas sozinha ou em conjunto com a Segurança Social, como muitos que podem terminam por fazer, em função de sua sustentabilidade.

Quem desejar (todos desejarão) optar em pagar a Segurança Social, além de também ter a possibilidade de pagar o primeiro escalão contributivo da Cpas, decerto vão preservar todos os direitos que a Constituição lhe assiste e complementar sua renda e benefícios.

Não será a Ordem dos Advogados Portugueses o melhor conselho de profissionais frente a todas as outras categorias que já desistiram de ter suas caixas de previdência para migrar para a Segurança Social em Portugal.

A Cpas só existe devido ao equívoco pensamento de colegas antigos e de aproveitadores que se locupletam-se dos valores que deveriam ir para a Segurança Social e de uma governança obsoleta que se utilizava da Cpas como funil de exclusão dos profissionais no mercado de trabalho.

O momento é de abrimos os olhos, perseverarmos na justiça, com uma nova gestão comprometida com o advogado e solicitador iniciante, em prática individual e assalariados, para com solvabilidade, estes possam pagar a sua quota da OA/OSAE, pagarem no máximo o primeiro escalão mínimo obrigatório da Cpas e optarem pela Segurança Social para garantia de todos os seus direitos, por medida de direito e felicidade.

Com certeza todas as instituições jurídicas e sociais apoiarão a defesa dos interesses e da sustentabilidade do profissional do Direito, para o fortalecimento do país.

Dias melhores venham para a nossa categoria sem injustiças e sem privilégios, para que colegas sem rendimentos não sejam sujeitos a suspender o registo profissional e ou serem executados em seus bens de trabalho e família, por uma arcaica e ultrapassada instituição "Cpas dos antigos" ao invés de ser a nova Cpas dos incentivos

Dr. Leonardo Saraiva Págio

Cidadão português de sangue e brasileiro por amor e vida